Ata nº118

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e vinte e seis reuniu em sessão ordinária a Assembleia Geral do Centro Social e Polivalente de Ega (CSPE), na sua sede, sita na Rua da Calçada, nº20, Casal da Vila, Ega, concelho de Condeixa-a-Nova, convocada para as vinte horas com a seguinte ordem de trabalhos:
Ponto um - Leitura e votação da Ata da Assembleia Geral anterior;

Ponto dois – Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2025;

2.1) Apresentação e discussão;

2.2) Parecer do Conselho Fiscal;

2.3) Votação do respetivo documento;

Ponto três – Informações.

Por não se encontrarem presentes na hora marcada a maioria dos sócios com direito a voto, a sessão teve início meia hora depois nos termos do artigo 31° - dos Estatutos.

A Presidente da Mesa dá início à sessão e, antes de iniciar a ordem de trabalhos, presta um reconhecimento à colaboradora Celeste Ventura, que se aposentou no início do ano, pelo seu empenho, dedicação e valioso contributo ao longo de 35 anos ao serviço da Instituição.

A Presidente da Mesa prosseguiu a sessão com a ratificação da ata da reunião anterior, referindo que a mesma se encontra disponível no site da Instituição. Neste ponto, o sócio Manuel Branco pediu a palavra para esclarecer que, relativamente à ata anterior, a afirmação "...o Centro Social só tem contrato de comodato com os UGAS" foi proferida pelo Presidente da Direção. Acrescentou ainda que, na mesma ata, considera que um dos parágrafos se encontra invertido, nomeadamente o seguinte: "O sócio Manuel Branco, no uso da palavra, questiona se os 450.000,00 € inscritos na rubrica da creche contemplam a construção do edifício, os arranjos exteriores, mobiliário e equipamentos. O Presidente da Direção responde que esse foi o valor indicado pelo arquiteto para o início da obra,

sendo que o valor total estimado pelo mesmo ascende a 875.000,00 €." Referiu não compreender a razão pela qual o conteúdo se encontra apresentado dessa forma.

A Presidente da Mesa coloca a ata nº116 a votação tendo a mesma sido aprovado por maioria com três abstenções.

A Presidente da Mesa questiona se existem observações relativamente à ata n.º 117, tendo o sócio Manuel Branco solicitado a palavra. No uso da palavra, refere que, quando é mencionado na ata: "O sócio Manuel Branco, no uso da palavra, refere que esta Assembleia, segundo os Estatutos, não seria necessária, pois, nos termos do artigo 35.º, alínea l), e do artigo 42.º, n.º 1, bastaria que, em reunião de Direção, fosse mandatado o Presidente para representar. A Direção delega no Presidente os atos que forem necessários, considerando esta convocatória ilegal segundo os Estatutos." a expressão "ilegal" não foi por si utilizada, tendo antes referido que a convocatória seria "desnecessária". Sugere que a ata deva ser corrigida antes de ser impressa e sugere que, na primeira página, terceira linha, a redação fosse ajustada para: "...bastava mandatar o Presidente para representar, conferindo-lhe os poderes de representação necessários aos atos...", substituindo igualmente o termo "ilegal" por "desnecessária".

A Presidente da Mesa esclarece que a ata já se encontra impressa no livro digital de atas, pelo que a sugestão apresentada não será acolhida. De seguida, colocou a ata n.º 117 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com uma abstenção.

Passando ao ponto dois da ordem de trabalhos, a Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Direção, que iniciou a sua intervenção cumprimentando os sócios presentes e referindo que as atividades desenvolvidas pela Instituição começam a evidenciar uma diferenciação positiva relativamente a outras. De seguida, passou a palavra à Diretora Técnica da ERPI, Dra. Patrícia Oliveira.

A Dra. Patrícia Oliveira na posse da palavra refere que o Relatório de Atividades tem como principal objetivo apresentar, de forma estruturada e reflexiva, o conjunto de atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2025. Tem como objetivo ser um instrumento de análise e avaliação do trabalho realizado, evidenciando os aspetos mais

relevantes nas diferentes áreas de intervenção da Instituição, designadamente ao nível de Parcerias, Recursos Humanos, Respostas Sociais e Dinamização de Atividades. Relativamente aos princípios de ação, destacou a visão e a missão da Instituição. No que respeita aos sócios, salientou o papel fundamental que estes representam para a Instituição, tendo-se registado a admissão de 18 novos associados no ano transato.

No que respeita aos Recursos Humanos, a Dra. Patrícia Oliveira referiu que a gestão dos mesmos foi orientada para a estabilidade organizacional, de forma a assegurar resposta adequada a todas as necessidades da Instituição. Registou-se a admissão de 19 colaboradores e a saída de 22. Salientou ainda que alguns dos fatores que influenciaram as alterações no quadro de pessoal foram a elevada exigência física e emocional das funções, bem como o regime de trabalho por turnos, verificando-se um recrutamento maioritariamente composto por trabalhadores estrangeiros em processo de regularização.

No ano de 2025, a Dra. Patrícia Oliveira referiu ter-se registado um balanço positivo ao nível da capacitação dos colaboradores, tendo sido promovidas diversas ações de formação, nomeadamente nas áreas de Introdução à Gestão nas Organizações Sociais e Prevenção e Combate a Incêndios. Relativamente às parcerias, explicou o programa "Demografia, Qualificações e Inclusão", destinado ao combate à privação material das pessoas mais carenciadas e ao apoio no combate à pobreza infantil, destacando igualmente o serviço da Cantina Social e a realização de reuniões com entidades parceiras. No que respeita às respostas sociais da Instituição, salientou que estas são constituídas pelo Serviço de Apoio Domiciliário, pelo Centro de Dia e pela ERPI, tendo procedido à explicação da composição e funcionamento de cada uma. Referiu ainda que, ao longo do ano, foram desenvolvidas diversas atividades de animação em diferentes áreas, as quais foram apresentadas através da exibição de um vídeo ilustrativo das iniciativas realizadas.

A Dra. Patrícia Oliveira terminou referindo que a execução do plano de atividades de 2025 foi cumprida. Acrescentou que, tratando-se de uma população mais envelhecida, se torna necessário redefinir estratégias que promovam a motivação dos utentes para a participação nas atividades, bem como a sua adesão e interesse. Salientou ainda a

importância do esforço conjunto de toda a equipa, sublinhando que só dessa forma é possível atingir os objetivos propostos, mantendo sempre o foco no utente.

A Presidente da Mesa questiona se existem dúvidas a colocar à Dra. Patrícia. Não havendo passa a palavra ao Presidente da Direção. Este intervém referindo que todo o trabalho apresentado é resultado do empenho dos colaboradores da Instituição e das Diretoras Técnicas, sem os quais nada disto seria possível. Destaca ainda a participação num programa do canal SIC, da qual resultou o contacto com o artista musical Saúl, que posteriormente visitou a Instituição, bem como a iniciativa de ida ao cinema, experiência que, para alguns utentes, foi a primeira vez.

Posto isto, a Presidente da Mesa passa a palavra ao Dr. José Pedro Nujo Antunes, Contabilista Certificado da Instituição, para apresentação do Relatório e Conta de Gerência do ano de 2025.

Começando pela análise do Balanço o Contabilista Certificado da Instituição informou os presentes, que no final de 2025 o total do ativo era de três milhões cento e cinquenta e três mil oitocentos e noventa e sete euros e sessenta e sete cêntimos (3.153.897,67€). O Ativo aumentou cento e noventa e sete mil seiscentos e cinquenta e oito euros e setenta e um cêntimos (197.658,71€), ou seja mais 6,69% comparativamente ao final de 2024.

Quanto ao Ativo não corrente no final de 2025 atingiu o valor de dois milhões quatrocentos e catorze mil quinhentos e trinta e três euros e setenta cêntimos (2.414.533,70€). Durante o ano a Instituição investiu em ativos fixos como a aquisição de viatura movida a eletricidade, aquisição de camas com elevação, em computadores entre outros.

O Ativo corrente no final de 2025 atingiu o valor de setecentos e trinta e nove mil trezentos e sessenta e três euros e noventa e sete cêntimos (739.363,97€).

No final de 2025 as existências em armazém de géneros alimentares, artigos de higiene e limpeza, e material clínico eram de dezoito mil quatrocentos e cinquenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos (18.458,46€). Relativamente ao Ativo, no balanço o Contabilista

destacou ainda os saldos a haver no final de 2025 com um saldo de sessenta mil duzentos e quarenta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos (60.244,48€); do PARES 3.0, do I.G.F.S. Social, I.P., devedores por acréscimo de rendimentos e acordos com Segurança Social entre outros.

Relativamente às disponibilidades, informou que em 31 de dezembro de 2025 a contabilidade da Instituição apresentava vinte e nove mil trezentos e cinquenta e nove euros e trinta e sete cêntimos (29.359,37€) em depósitos bancários à ordem, seiscentos e dez mil euros (610.000,00€) em depósitos bancários a prazo e duzentos e cinquenta euros e quarenta e um cêntimos (250,41€) em caixa. Esta rubrica de Balanço aumentou duzentos e doze mil duzentos e cinquenta mil euros e um cêntimo (212.250,01€) comparativamente ao final de 2024.

No que respeita ao Passivo, informou que em 2025 o total do Passivo era de duzentos e dezassete mil setecentos e quarenta e um euros e trinta e três cêntimos (217.741,33€). Do qual destacou os seguintes: os cento e quarenta e três mil setecentos e cinco euros e vinte e nove cêntimos (143.705,29€), periodização económica dos subsídios de férias, das férias e respetivos encargos com a segurança social, referentes ao pessoal da instituição, contabilizado como gasto no ano 2025, trinta e três mil oitocentos e seis euros e oitenta e dois cêntimos (33.806,82€) em fornecedores conta corrente e, dezanove mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e setenta e vinte e sete cêntimos (19.454,27€) no Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, referente às contribuições para a Segurança Social dos vencimentos de Dezembro/2025 a pagar até 20/01/2026. Quanto aos fundos patrimoniais o fundo de capital no final de 2025 era de dois milhões novecentos e trinta e seis mil cento e cinquenta e seis euros e trinta e quatro cêntimos (2.936.156,34€) utilizado para o reconhecimento dos subsídios/apoios ao investimento, transferência para resultados transitados e aprovação da candidatura ao projeto "Mobilidade Verde".

Depois do Balanço, o Contabilista Certificado passou para a análise da demonstração de resultados. Relativamente aos GASTOS destacou o custo com as Matérias-Primas Consumidas no exercício de 2025 que foi de duzentos e sessenta e cinco mil novecentos

e noventa e nove euros e setenta e seis cêntimos (265.999,76€). Diminuiu mais 2,63% em relação a 2024.

O Gasto com Fornecimentos e Serviços Externos no exercício de 2025 foi de cento e noventa e sete mil duzentos e oitenta e oito euros e setenta e quatro cêntimos (197.288,74€) aumento de nove mil seiscentos e trinta euros e sete cêntimos (9.639,07€) em relação a 2024.

Os Gastos com o Pessoal em 2025 atingiram o valor de novecentos e sete mil seiscentos e quarenta e dois euros e noventa e nove cêntimos (907.642,99€). Verificou-se um aumento de noventa e cinco mil setecentos e quarenta e quatro euros e vinte e dois cêntimos (95.744,22€) em relação a 2024, ou seja mais 11,79%. Os gastos de depreciação dos ativos fixos no exercício de 2025 foram de cem mil novecentos e noventa e seis euros e noventa e seis cêntimos (100.996,96€), diminuíram em relação a 2024. E, os outros gastos e perdas com o valor de mil duzentos e setenta e três euros e quarenta e cinco cêntimos (1.273,45€) no final de 2025.

No que se refere aos Rendimentos, destacou que os mesmos são para fazer face ao acréscimo de gastos. Neste contexto, informou os presentes que a prestação de Serviços da Instituição em 2025 resultou no valor de um milhão quinhentos e setenta e seis mil duzentos e sessenta e sete euros e oitenta e dois cêntimos (1.576.267,82€), sendo a ERPI a maior fatia deste bolo pois tem mais recursos. Os Subsídios à Exploração em 2025 foram de vinte e nove mil setecentos e sessenta e seis euros e um cêntimo (29.766,01€). Os Outros Rendimentos, em 2025, atingiram o valor de cinquenta e sete mil trezentos e cinquenta e três euros e sessenta e quatro cêntimos (57.353,64€). Diminuíram cinco mil trezentos e setenta e quatro euros e setenta e nove cêntimos (5.374,79€), comparativamente ao ano 2042, ou seja, menos 8,57% sendo que é para aqui que vão os subsídios. Os Juros e Rendimentos similares obtidos foram de cinco mil setecentos e sessenta e nove euros e dezasseis cêntimos (5.769,16€) e resultaram dos depósitos a prazo constituídos no segundo semestre de 2025.

Para finalizar o Dr. José Pedro concluiu dizendo que o total de Gastos no ano 2025 foi de um milhão quatrocentos e setenta e três mil cento e setenta e um euros e oitenta cêntimos

(1.473.171,80€) e o total de Rendimentos do ano de 2025 foi de um milhão seiscentos e sessenta e nove mil cento e cinquenta e seis euros e sessenta e três cêntimos (1.669.156,63€). Pelo que, no ano de 2025, o Centro Social Polivalente de Ega obteve um resultado líquido do exercício positivo no valor de cento e noventa e cinco mil novecentos e oitenta e quatro euros e oitenta e três cêntimos (195.984,83€), o qual vai se transferido para Resultados Transitados.

A Presidente da Mesa agradece ao Dr. José Pedro e questiona se há esclarecimentos, ao qual o sócio Nuno Claro pede a palavra.

O sócio Nuno Claro, no uso da palavra, referiu que os documentos estão bem explicativos. No entanto, no que respeita à creche, observou que o ritmo de concretização do projeto não lhe parece muito célere, questionando se tal decorrerá de forma intencional e solicitando esclarecimentos sobre o ponto de situação do respetivo desenvolvimento.

O sócio Manuel Bicho Branco intervém para ler a declaração de voto que se transcreve na íntegra: " Na folha n.º 2 do Relatório e Conta de Gerência do ano de 2025 consta, na referência Ativo não Corrente, a verba de 26 358,60€ como investimento na obra de construção de acesso de emergência à ERPI e pavimento em betão, acrescentando: - O edifício tem todas as entradas de emergência e respetivas saídas, devidamente certificadas pela Proteção Civil e pareceres favoráveis do Gabinete Técnico da Segurança Social e Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova; - Este "portão e respetiva pala" alteram o Projeto de Arquitetura da ERPI mudando a entrada de ambulâncias desnecessariamente. Em 7 anos de funcionamento da ERPI sempre as emergências foram tratadas como tal; - Esta alteração é desnecessária, custa cerca de 50 000,00€, altera a utilização daquele espaço que é o mais resguardado, onde se situava o local destinado a esplanada para utilização dos utentes; - O projeto da ERPI, construído, merece o maior respeito pela sua qualidade, dando resposta a todas as regras de segurança e aos condicionalismos do local. Por outro lado esta dita "obra de construção de acesso de emergência"…nunca foi proposta para aprovação da Assembleia Geral, nem em Plano de Atividades, nem em Plano de Investimento nos últimos 5 anos de funcionamento. Diria mesmo – nunca foi aprovada pela Assembleia Geral. Ora, nos termos do art.º 28º dos

Estatutos da Instituição, compete à Assembleia Geral apreciar e aprovar anualmente o orçamento e o programa de ação para o exercício seguinte, bem como o relatório e contas de gerência e os respetivos pareceres do Conselho Fiscal. Tendo-se verificado o desrespeito do contido nos Estatutos da Instituição mas também no DL n. º 172-A/2014, de 14 de Novembro, com as alterações sofridas, que estabelece as normas gerais e princípios de gestão democrática das IPSS e pelas razões apresentadas, declaro que votarei contra o Relatório e Conta de Gerência de 2025"

A Presidente da Mesa passa a palavra ao Presidente da Direção que refere que sobre a creche e respetivo projeto falará no ponto Informações.

A Presidente da Mesa retoma a palavra e informa que se passará à apreciação do parecer do Conselho Fiscal, concedendo a palavra ao Presidente deste órgão, Nuno Claro, para proceder à leitura da ata número quarenta e um, na qual foram aprovados por unanimidade, com parecer favorável, os respetivos documentos.

O Presidente da Direção toma a palavra para responder às questões colocadas. Esclarece que os valores apresentados para a creche correspondem aos montantes previstos para 2025. No entanto o projeto será alvo de alterações porque o primeiro andar será eliminado, passando o edifício a dispor apenas de rés-do-chão, e refere que o processo tem decorrido de forma lenta por depender da intervenção de várias entidades. Relativamente ao novo acesso ao edifício, informou que ainda não se encontram apurados os valores finais. Referiu que na reunião do CLAS, na qual esteve presente o Comandante da Proteção Civil, todos os presentes consideraram a nova entrada mais funcional e adequada. Acrescentou que, em cerca de 95% das situações, a ambulância se destina a utentes do piso superior, sendo bastante desagradável para os restantes utentes, localizados no piso inferior, presenciarem a passagem de macas com utentes nem sempre nas melhores condições. Refere que também foi levantada a questão da segurança em caso de incêndio, nomeadamente quanto à evacuação dos utentes do primeiro piso, atendendo à eventual falta de energia elétrica, que impossibilitaria o funcionamento dos elevadores e dificultaria a deslocação dos utentes para o piso inferior.

Relativamente ao Relatório de Contas, o Senhor Presidente referiu que se conseguiu obter cerca de cinco mil euros em juros, tendo simultaneamente sido reduzidos os custos com consumíveis, sem qualquer diminuição da qualidade dos serviços prestados. Salientou ainda os custos associados à eletricidade e ao gás, esclarecendo que, embora tenha havido um aumento da despesa com eletricidade, verificou-se uma diminuição nos custos com gás, resultando numa poupança global de cerca de quatro mil euros face ao ano de 2024, em virtude de a ERPI ter passado a ser aquecida e arrefecida através de energia elétrica. Registou-se uma redução de cerca de cinco mil euros nos custos com viaturas, resultado do investimento realizado em novas carrinhas elétricas.

Relativamente aos acordos, verificaram-se aumentos decorrentes do pedido de uma compensação por demência. No final da apresentação e esclarecimentos, o Presidente da Direção apelou aos presentes para que votassem em consciência.

O sócio Manuel Branco pediu a palavra, referindo ter apreciado as explicações e opiniões apresentadas. Contudo, salientou que, no seu entendimento, o essencial da questão não reside nas opiniões emitidas, mas sim no facto de a Direção estar a executar a obra sem que a mesma tenha sido previamente apresentada ou discutida em Assembleia Geral. Acrescentou ainda que, após cinco anos de mandato, considera irregular a realização de uma obra desta natureza sem submissão à apreciação da Assembleia Geral. Relativamente à compensação por demência, referiu que tal não constitui uma novidade, uma vez que, no passado, a Dra. Anabela Monteiro já procedia de forma semelhante. A Dra. Patrícia Oliveira interveio, esclarecendo que a compensação em causa se refere à demência, enquanto a anteriormente atribuída dizia respeito à dependência.

O Presidente da Direção esclareceu que o espaço destinado aos utentes pode continuar a ser utilizado. Referiu, contudo, que, nas condições em que se encontrava anteriormente, o espaço era desadequado devido ao excesso de calor que ali se faz, encontrando-se agora dotado de uma zona de sombra, o que permite proporcionar melhores condições de conforto aos utentes. Acrescentou que a obra não foi previamente apresentada em reunião por não se prever, inicialmente, que viesse a representar um investimento de valor tão elevado.

A Presidente da Mesa coloca o relatório de atividades a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. De seguida coloca o relatório e contas de gerência a votação tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra do sócio Manuel Branco.

De seguida a Presidente da Mesa passa ao ponto três da ordem de trabalho passando a palavra ao Presidente da Direção.

O Presidente da Direção tomou a palavra, referindo que, conforme anteriormente mencionado, a reunião do CLAS realizou-se na passada quinta-feira, 26/03/2026, tendo decorrido, pela primeira vez, nesta instituição, facto que considerou motivo de grande satisfação. Referiu ainda ter estado presente na referida reunião juntamente com a Dra. Patrícia Oliveira e a Dra. Anabela Monteiro, com o objetivo de acompanhar e compreender as iniciativas e projetos que a Câmara Municipal e o executivo têm vindo a desenvolver. Informou também que reuniu com o novo responsável da Proteção Civil, tendo ficado acordado que, assim que a nova entrada na parte superior do edifício estiver concluída, será realizado um simulacro para avaliar o funcionamento e os procedimentos de segurança. Nesse sentido, foi agendada uma reunião com a Proteção Civil e os Bombeiros, esclarecendo que a instalação do portão já se encontra quase concluída, faltando apenas a instalação do motor. Relativamente ao projeto da creche, o Presidente da Direção referiu que o mesmo será apresentado na próxima reunião do CLAS. Apresentou uma imagem aérea do projeto atualizado, agora previsto apenas para rés-do-chão. Esclareceu ainda que, neste novo contexto, houve necessidade de reduzir a área de lazer, de forma a permitir a criação de gabinetes técnicos e médicos. Acrescentou que o projeto da creche se encontra finalmente em desenvolvimento mais avançado, sendo cada vez mais evidente a necessidade desta valência, tanto para o concelho como para a instituição.

No que diz respeito à tempestade *Kristin*, o Presidente da Direção referiu que a instituição sofreu prejuízos consideráveis, nomeadamente ao nível dos painéis solares e tubagens, falta de gasóleo e água quente. Apesar de, para já, os danos não se refletirem de forma muito significativa, foi alertado que, no próximo ano, os custos com eletricidade e consumo de gasóleo deverão aumentar substancialmente. Foi ainda informado que já

foram dadas instruções para a reparação de todos os danos identificados, embora ainda não tenham sido recebidos os respetivos orçamentos, mantendo-se igualmente por definir a solução para os vários painéis solares destruídos. Acrescentou que a cobertura da cozinha deverá ficar reparada durante a próxima semana. De resto, foi referido que não ocorreram outros prejuízos de maior gravidade, para além da situação de aflição vivida durante a tempestade. Muitos funcionários tiveram que ficar a reparar os danos nas suas próprias casas, sendo que alguns não conseguiram sequer deslocar-se até à instituição devido às condições verificadas. Durante o dia em que ocorreu a tempestade, a Presidente da Câmara entrou em contacto para saber o ponto de situação dos estragos. A Técnica de Acompanhamento da Segurança Social, Dra. Marta Toscano, também entrou em contato para saber como estava a situação. Também a Diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra contactou a instituição para averiguar a possibilidade de prestarmos apoio a outras instituições, embora tal apoio tenha acabado por não ser necessário. Ressalva que a instituição permaneceu durante bastante tempo sem comunicações.

Para terminar, o Presidente da Direção prestou também uma homenagem à colaboradora Celeste Ventura, por ocasião da passagem à reforma, enaltecendo o seu percurso de 35 anos de dedicação à instituição. Informou ainda que a Direção, em conjunto com o departamento de Recursos Humanos, irá promover um jantar de homenagem no próximo dia 9 de maio e que todos os presentes se encontram convidados para o referido jantar, devendo a respetiva inscrição ser efetuada junto da Dra. Marta Branco.

Posto isto, e não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente da Mesa agradeceu a todos os sócios pela presença, pelo contributo no debate e pelas intervenções efetuadas, desejando a todos uma Santa Páscoa. De seguida, deu por encerrada a sessão, sendo lavrada a presente ata, que vai ser assinada pela Mesa.

Presidente da Assembleia: Bruna Filipa Pires dos Santos
Primeira Secretária: Raquel Paulino
Segunda Secretária: Liliane Pimentel Ferreira